

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N° 66/2025

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Cleverson Baron dos Santos

RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei 59/2025, de iniciativa do Poder Executivo de Capitão Leônidas Marques.

O projeto em análise altera a Lei n° 2.610, de 12 de agosto de 2022, que institui a Gratificação por Condução de Veículo Específico – GVE, no âmbito do Poder Executivo do município de Capitão Leônidas Marques, e dá outras providências.

Este é o relatório.

VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei n° 59/2025, de iniciativa do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a Lei Municipal n° 2.610/2022, que instituiu a Gratificação por Condução de Veículo Específico – GVE, a fim de incluir os motoristas de caminhão coletor compactador entre os servidores públicos efetivos aptos a receber a referida gratificação.

Conforme a justificativa apresentada, a proposta reconhece a importância e a complexidade das atribuições desempenhadas pelos motoristas responsáveis pela condução de caminhões coletores compactadores, cuja atividade envolve alto grau de responsabilidade, tanto pela condução de veículos de grande porte em áreas urbanas, quanto pela essencialidade dos serviços prestados à saúde pública e à limpeza urbana.

Ressalta-se ainda que a alteração não implica a criação de nova despesa sem previsão orçamentária, tratando-se apenas da ampliação do rol de servidores beneficiados por gratificação já existente, ajustando-se à realidade operacional do Município.

Compete à Comissão de Justiça e Redação analisar os aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa do projeto.

A matéria insere-se na esfera de competência do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe o artigo 68, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Capitão Leônidas Marques, que atribui ao Prefeito a iniciativa de leis que versem sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta, bem como sobre a fixação ou aumento de sua remuneração.

Do ponto de vista formal, o projeto atende aos requisitos de iniciativa e competência, uma vez que trata de tema afeto à organização administrativa e à política de valorização dos servidores municipais.

Sob o aspecto jurídico, a proposição não apresenta vícios de constitucionalidade ou ilegalidade. A ampliação do benefício a determinada categoria de servidores encontra amparo nos princípios da razoabilidade, da isonomia e da valorização do serviço público, especialmente quando se reconhece o caráter essencial e de risco inerente à função desempenhada.

Quanto à técnica legislativa, o texto está redigido de forma clara e objetiva.

Assim, diante do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 59/2025, de autoria do Poder Executivo, emitindo parecer favorável à sua tramitação e posterior apreciação pelo Plenário.

Capitão Leônidas Marques, 12 de novembro de 2025.


Cleverson Barón dos Santos
Relator

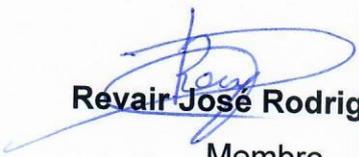
CONCLUSÃO

A Comissão de Justiça e Redação em reunião realizada em 12 de novembro de 2025, após estudo e discussão, manifestou-se “PELAS CONCLUSÕES” do relator, Vereador Cleverson Baron dos Santos, estando favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 59/2025.

Sala de Comissões, 12 de novembro de 2025.


Francisco Jair de Campos
Presidente


Cleverson Baron dos Santos
Relator


Revair José Rodrigues
Membro